

# *A imprensa e a esfera pública americana: variações do discurso público, 1865-1920*

---

---

**Richard L. Kaplan**

Graduate School of Journalism  
Columbia University

---

---

## **Resumo**

Este artigo analisa a imprensa diária de Detroit de 1865 a 1920 e argumenta que a condição política da imprensa na arena pública e a seleção específica de notícias mudam conforme a esfera na qual a imprensa está institucionalizada, se o sistema político, a sociedade civil ou o mercado. O séc. 19 manteve fortes ligações com a “sociedade política”. No início do século 20 a imprensa migrou da sociedade política para a sociedade civil.

**Palavras-chave:** esfera pública, imprensa, sociedade civil, sociedade política, partidos políticos

## **Abstract**

This article examines the daily press of Detroit from 1865 to 1920 and it argues that the political stance of the press in the public arena and its specific news selection will shift depending upon the sphere within which the press is institutionalized, whether policy, civil society or market. Nineteenth-century news maintained strong links with organized “political society”. The early twentieth-century press migrated from political society to civil society.

**Keywords:** public sphere, press, civil society, political society, political parties

No período moderno, os Estados tipicamente assumem a forma de “comunidades políticas imaginadas” conhecidas como nações. A mídia das notícias, afirma Benedict Anderson, é essencial nesta fabricação de identidades nacionais compartilhadas. Ela constrói um sentido de comunidade política inclusivo, em parte, ao convocar os leitores como cidadãos, unidos em um discurso público comum quanto ao futuro e à identidade de seu país. A imprensa cria, e está implicada na construção de um espaço público democrático imaginário, do qual os cidadãos participam livremente como iguais num debate que visa o consenso. Mas eles participam de fato? Na verdade, para além desta fabricação simbólica de um discurso democrático comum, a imprensa necessariamente se dirige a uma parcela de público extremamente limitado e, portanto, estratificado. A mídia distribui, nas palavras de Pierre Bourdieu, “direitos ao discurso público” entre um grupo de representantes seletos e legítimos. A estratificação das vozes públicas, às custas da exclusão da grande maioria na sociedade civil, desafia os ideais utópicos da esfera pública e levanta dúvidas fundamentais quanto à capacidade da imprensa de servir como um mediador central do debate público.

Este artigo apresenta uma teoria do envolvimento da imprensa na construção do espaço público democrático. Também desenvolve um esquema para explicar historicamente as diferentes formas de acesso desigual à imprensa e à esfera pública. Utilizando este esquema conceitual, o artigo então analisa as alterações no jornalismo americano e na discussão pública e política entre 1865 e 1920. Especificamente, faz um estudo de caso de Detroit, cidade do meio-oeste norte-americano em processo de industrialização, e conduz uma análise de conteúdo longitudinal nas notícias dos sete jornais diários nesse período. A análise mostra que durante os 55 anos estudados, a mídia impressa de Detroit, seguindo uma tendência nacional, transformou-se de uma imprensa explicitamente partidária para um serviço de notícias ostensivamente independente, um juiz imparcial do acesso à esfera pública. Mas apesar desta transformação fundamental no estilo político de relatar as notícias, a imprensa continuou a privilegiar a visão e as vozes das elites políticas, em detrimento do cidadão comum. As tramas, os protagonistas e estruturas narrativas das notícias variaram através do tempo, mas a desigualdade na representação permaneceu constante na imprensa americana.

## **A esfera pública e a imprensa**

“Na raiz de toda política” afirma o cientista político E. E. Schattschneider, “está a linguagem universal do conflito” (1975, p. 2). Mas somente na era moderna o conflito foi aceito como parte central da definição da política. Apenas na “era democrática” foi criado o espaço social que permitiu a expressão de pontos de vista e interesses opostos. Esta arena de conflito, sem uma identidade automática entre a verdade, o poder e a lei, envolve a articulação de um novo projeto político normativo e de uma identidade política para a sociedade (LEFORT, 1988). Neste projeto normativo, nenhum primeiro ministro, presidente ou rei tem direito permanente a controlar os cargos políticos ou a exercer o poder do Estado. Nenhum grupo social é automaticamente considerado como o dono da verdade. Em vez disso, a verdade e o poder da democracia derivam de deliberações sempre abertas e sujeitas a revisões, produzidas pela opinião pública. Todos os cidadãos podem, de maneira geral, entrar como iguais dentro deste espaço aberto da democracia, desta “esfera pública”; todos os cidadãos podem apresentar suas opiniões e questões e participar da formação de um consenso político.

Jurgen Habermas, em parte, define a esfera pública como o espaço social onde a opinião pública é formada. Em seu estudo clássico, Mudança estrutural na esfera pública, Habermas explica que um sentido de esfera pública mínimo e crucial emerge “em cada conversação na qual; os indivíduos privados se fundem para formar um corpo público” (1974, p. 49; Cf. HALLIN, 1985a). Assim, para Habermas, a esfera pública está enraizada na sociedade civil, na base do poder político. Esta localização de base da deliberação política e pública permite que a democracia representativa moderna escape das restrições à participação que seriam inevitáveis se o debate estivesse confinado às instituições formais de governo. Tais instituições, com seus recursos escassos e seu tempo limitado para chegar a decisões, necessariamente excluem a maior parte da população. Ao contrário, na sociedade civil, na esfera pública, estes limites não existem.

A teoria democrática clássica propunha que as políticas legislativas refletissem este processo mais geral de debate e deliberação na arena pública. A legislação do parlamento, como a opinião pública em geral, deveria seguir o melhor e mais correto argumento, e não os equilíbrios de poder momentâneos e flutuantes. Entre a sociedade e o governo não existiria um fluxo de poder e opinião de mão única. Em vez disso, a discussão pública seria guiada pelas opiniões esclarecidas apresentadas em debate dentro do parlamento e da sociedade civil. O conceito de uma esfera pública - esta discussão popular aberta, multifacetada e voltada para o consenso - foi institucionalizado no Estado formalmente democrático por meio de vários direitos constitucionais. Sua autonomia seria assegurada pelos direitos de liberdade de discurso e de reunião. Seu poder sobre o governo seria garantido pelo

sufrágio universal e por tornar o processo decisório governamental público e aberto ao exame pelos cidadãos e seus representantes (BOBBIO, 1987, cap. 4; HABERMAS 1989, p. 53, 60-3, 81-3; POGGI, 1978, p. 104-5).

A imprensa exerce um papel crucial nesta concepção normativa de democracia, e na verdade o jornalismo foi historicamente central na viabilidade da esfera pública. Como Alexis de Tocqueville (1945, p. 342-3, 119-22) apontou há um século e meio atrás, a imprensa remedia os problemas de comunicação política na moderna sociedade de massas. Quando a democracia se expande de uma pequena polis para um Estado-nação, a troca de opiniões e de informações não pode mais acontecer pela conversa face a face. Em vez disso, a imprensa assume de forma ideal o papel útil de portadora da discussão política, sem corromper a imparcialidade e a igualdade da esfera pública. Além disso Habermas, assim como outros, descreveu como a imprensa era a portadora dos vários direitos do público; a imprensa contestou o sigilo do parlamento ou do Congresso e a censura governamental ao debate (PARK, 1960, p. 15; LEONARD, 1986, cap. 3).

Entretanto, para além destas alegações funcionais e históricas de Tocqueville e Habermas, poderíamos afirmar que a imprensa é constitutiva do “imaginário democrático” que informa a esfera pública. E, vice-versa, a identidade da imprensa moderna é amplamente dependente dos ideais e das regras da esfera pública. O historiador Michael Warner (1993) em seu relato sobre as origens da esfera pública nos Estados Unidos oferece algumas reflexões esclarecedoras sobre este papel central da imprensa. Ele conta que a imprensa, ou aquilo que Benedict Anderson (1991) chama de “capitalismo-impresso” pode e, de fato, assumiu diferentes formas culturais antes da Revolução Americana. Nos séculos 17 e 18, a imprensa evoluiu de um meio de doutrinação religiosa para um relato das notícias econômicas e sociais para os comerciantes e mercadores americanos, até que finalmente na década anterior à Revolução Americana a imprensa emergiu como uma turbulenta força de agitação política, um chamado a todos os cidadãos dignos a participação política.

Foi nesta sua última forma, segundo Warner, que o jornalismo teve um papel central na criação tanto da Revolução Americana quanto do imaginário democrático. Nos Estados Unidos uma consciência nacional e uma aspiração ao auto-governo foram desenvolvidas apenas no século 18, quando a imprensa e o povo foram infundidos de ideais do republicanismo político. Os leitores de jornal não eram mais crentes devotados, ou simples comerciantes particulares, mas cidadãos com direitos e deveres de autodeterminação política. Na visão dos revolucionários, o jornalismo era central para o funcionamento da jovem democracia. Acreditavam que pelas páginas da imprensa o povo poderia se reunir como iguais em um corpo puramente deliberativo, numa comunidade horizontal engajada em uma discussão aberta e racional sobre os negócios do governo. Nesta

ficção cultural da nação política, a imprensa era considerada especialmente favorecedora dos atributos mais valorizados pelo republicanismo político. Impessoal, o jornal destacava todos os argumentos de um indivíduo específico, com seus interesses pessoais e suas ligações sociais particulares. Racional, a palavra impressa despia os argumentos esclarecidos do poder retórico da voz humana. Universalística, a imprensa circulava entre todos os cidadãos independentemente de seu status ou riqueza pessoais, permitindo sua reflexão privada sobre as questões em jogo e portanto sua resposta ao debate público (WARNER, 1993; NERONE, 1993, p. 42-5, 49, 53-4).

Na imagética cultural do republicanismo político, a imprensa ganhou importância e legitimidade enormes como portadora e representante da opinião pública. Conseqüentemente, a imprensa adquiriu direitos especiais tais como uma tarifa postal mais baixa e acesso privilegiado aos funcionários do governo. Além disso, os jornais, ao narrarem os rituais e dramas da democracia para uma cidadania recém adquirida, asseguravam uma audiência de leitores e lucros<sup>1</sup>.

### **Princípios da estratificação na imprensa: sociedade civil, sociedade política e mercado**

Seria ingênuo, é claro, aceitar sem questionamento as afirmações de que a imprensa atendeu aos ideais de esfera pública do século 18 ou mesmo do século 20. O que explica o abandono por parte da imprensa destes deveres normativos? Aqui, é importante deixar o envolvimento da imprensa na constituição cultural da esfera pública e voltar-se para seu papel de alocar o acesso ao debate público. Tanto Tocqueville quanto Habermas situaram idealmente a imprensa dentro da arena da sociedade civil moderna com suas regras de interação social livre e igualitária. Entretanto, segundo o modelo tripartite de Habermas para a sociedade, a sociedade civil é apenas umas das três esferas rivais nas quais a imprensa e a esfera pública poderiam potencialmente ser institucionalizadas<sup>2</sup>. Podemos definir a sociedade civil como a arena da interação social comum e voluntária governada pela tradição, pelas normas e o acordo comunicativo. Ela inclui famílias, associações voluntárias e a esfera pública. A sociedade civil é necessariamente confrontada e complementada pelas arenas sociais da economia e da sociedade política. A imprensa depende das informações tanto do mercado quando da política para possuir recursos monetários e legitimação cultural, mas cada esfera

---

<sup>1</sup> Gans (1979, p. 8-39) aponta a centralidade das narrativas da nação mesmo no jornalismo contemporâneo dos Estados Unidos. Sobre a crescente circulação dos jornais em relação à expansão da democracia americana, ver LEONARD, 1986, p. 54-9; SAXTON, 1990, cap. 4.

<sup>2</sup> As três arenas de Habermas são a economia, o estado e o mundo da vida (*life-world*). Sigo aqui a versão reformulada de Habermas (1993) segundo Jean Cohen e Andrew Aralo.

representa uma ameaça para o funcionamento da imprensa como um meio para a discussão livre e aberta da esfera pública (GOLDFARB, 1982, cap. 3; HABERMAS, 1986, p. 13-15, 89; COHEN e ARATO, 1989, p. 496-7). Como a imprensa é institucionalizada de formas variáveis no mercado, na política ou na sociedade civil, a natureza das notícias se altera. A seleção das notícias pode ser alternativamente regida pelos interesses de lucro do mercado, motivos de acumulação de poder numa sociedade política, ou a solidariedade social de uma sociedade civil (ARATO, 1981, p. 24-5).

A presente discussão enfoca as relações variáveis da imprensa com a sociedade política e pode apenas brevemente lidar com as ameaças econômicas às notícias independentes. Entretanto, podemos resumidamente dizer que, sob condições de incorporação da massa popular dentro das instituições políticas e culturais centrais da sociedade, as funções instrumentais necessárias para produção e distribuição de bens culturais ocorre através de burocracias e sistemas de mercado modernos. Como já observado, a troca de opiniões e idéias na esfera pública não pode ser obtida apenas pela interação face a face. Ela requer publicações trocadas no mercado ou distribuídas pelas burocracias. Nas democracias capitalistas, a esfera pública precisa de uma imprensa comercial.

As conseqüências da produção econômica de bens culturais têm sido uma preocupação dos sociólogos americanos da cultura nas décadas de 1970 e 1980. Em sua abordagem a “produção da cultura”, voltaram sua atenção de uma preocupação exclusiva com o significado do produto cultural e sobre como ele refletia a natureza da sociedade para os grupos institucionais nos quais a cultura é produzida (SCHUDSON, 1986; PETERSON, 1979; HIRSCH, 1977; EPSTEIN, 1973; TUCHMAN, 1978a). Os sociólogos implicitamente tomaram como tema a lógica institucional e as barreiras organizacionais específicas ao mercado. Por exemplo, jornalistas produzem as notícias em uma corporação visando a maximização dos lucros que impõe uma série de seleções e limites ao produto final das notícias. As notícias são manufaturadas através de uma divisão de trabalho complexa que é organizada dentro de uma burocracia hierárquica, e enfrentam os limites do tempo escasso e dos recursos limitados. Além disso, as corporações individuais enfrentam um mercado específico que estrutura suas escolhas de produtos de notícias enquanto tentam maximizar o retorno para leitor e o anunciante. A abordagem da produção de cultura demonstra tipicamente que as notícias não refletem nem a afirmação dos jornais em possuírem “*todas as notícias que podem ser publicadas*”<sup>3</sup> nem a esfera pública ideal da deliberação aberta e racional. Ao contrário, as exigências das organizações burocráticas e as estratégias de coleta das notícias impõem inúmeros limites aos eventos noticiados do dia - que tipos de informações

---

<sup>3</sup> O lema do *New York Times*.

são embalados como bens de notícias. Conforme Schudson observa (1978: 185), “... a ênfase não está nas tendências intencionais, mas nas conseqüências, almeçadas ou não, das formas e processos sociais”.

A essa descrição das notícias como um bem produzido para o lucro deveria ser adicionada uma imagem das dinâmicas de desenvolvimento da indústria da notícia - um processo de crescente competição, uma maior preocupação com as margens de lucro e uma galopante concentração e integração do jornalismo nas companhias multinacionais. Em todos estes casos, o julgamento público e profissional de que eventos e questões devem fazer parte das notícias do dia são substituídos pelas preocupações em minimizar os custos na produção e maximizar o apelo à audiência e à renda dos patrocinadores (KAPLAN, 1993; HALLIN, 1992; BAGDIKIAN, 1987).

Além dos limites econômicos sobre a produção das notícias, há pressões políticas. A maior parte das análises sobre a mídia americana enfatiza a ameaça à imprensa crítica independente representada pelas pressões comerciais. Ao fazê-lo eles abertamente negligenciam a influência da cultura política e das instituições políticas de um país sobre a conduta das notícias<sup>4</sup>. Esta deficiência da análise social pode ser parcialmente explicada pela perspectiva insular dos críticos da mídia americana; desconhecendo as práticas jornalísticas de outros países, eles tomam como natural a maneira pela qual os jornalistas noticiam as autoridades políticas americanas. Em segundo lugar, estes analistas são influenciados pelas afirmações absolutas de que a mídia americana é a-política e diferenciada de todas as instituições políticas.

Considerando as garantias constitucionais da independência da imprensa, a política influencia a imprensa não através de decretos governamentais, mas de formas mais indiretas. Já que o jornalismo deseja participar do diálogo da sociedade sobre os fins e os meios desejáveis para alcançá-los, já que a imprensa está interessada em influenciar a opinião pública e, por sua vez, a política governamental, ela não pode evitar envolver-se nos interesses da sociedade política organizada (COHEN e ARATO, 1989, p. 500-1; Cf. ELY e HEIS, 1989). A mídia das notícias, assim como na imprensa do século 19 nos Estados Unidos, tornou-se envolvida com atores políticos estratégicos que subordinam a formação livre da opinião pública à conquista de cargos governamentais.

De maneira mais geral, a própria sociedade política sofre uma longa evolução levando a uma ruptura entre partidos e agências de debate público e diálogo na sociedade civil. Os teóricos políticos, de Robert Michels a Otto Kirchheimer a Habermas destacaram um processo histórico no qual os partidos

---

<sup>4</sup> Uma importante exceção é HALLIN, 1994. Também Habermas em sua obra sobre a esfera pública enfatizou a comercialização da imprensa e negligenciou os fatores políticos.

dispensaram seu papel de formadores da opinião popular. Para vencer as eleições, os partidos criam posições políticas que atraem a maioria dos eleitores. As elites políticas acham útil destacar a determinação de suas definições políticas das opiniões e visões dos membros de partido e suprimir o dissenso interno. As organizações políticas voltam-se totalmente à busca do poder e do dinheiro, completamente divorciadas da sociedade civil (Cf. KIRCHEIMER, 1969; HABERMAS, 1989, p. 203; OFFE, 1984, cap. 9; BOURDIEU, 1991). Os jornais que estão fortemente alinhados com partidos de maneira similar abandonam seu papel da formação de opinião política e da troca aberta de idéias. Em vez disso voltam-se para a acumulação estratégica de poder político. As seleções das notícias enfocam questões políticas dividindo os dois partidos e têm como objetivo fortalecer a coalizão eleitoral que sustenta seu partido preferido. Os interesses partidários determinam a pauta das notícias.

Mesmo quando a imprensa não é formalmente alinhada com nenhuma organização política e conseqüentemente não está subordinada aos imperativos instrumentais dos partidos, os jornais dependem fundamentalmente da legitimidade e das representações da sociedade política. Enquanto o sistema político mantém algum controle sobre o compromisso com a cidadania, a imprensa por sua vez deve chegar às normas, pauta e interpretações mais amplas expressadas pela sociedade política. De fato, a imprensa do século 20 dos Estados Unidos, que afirma ser imparcial e separada de qualquer aliança política específica, possui apenas uma legitimidade fraca para apresentar qualquer visão ou interpretação que possa ser considerada controversa, ilegítima ou exterior ao consenso entre dois partidos. Em todos os contextos de controvérsia, a imprensa recai na conformidade com as definições da sociedade política formal sobre o que é legítimo.

O trabalho de Pierre Bourdieu (1991) oferece uma variedade de ferramentas conceituais úteis para uma melhor compreensão do envolvimento da imprensa na sociedade política. As categorias de Bourdieu ajudam a delinear a maneira particular pela qual a imprensa trabalha para “constituir” um discurso público oficial, sancionando algumas opiniões e vozes como importantes e legítimas. A proeminente manobra de sanção da imprensa é afirmar que apresenta uma imagem de autoridade do mundo. “As notícias” não são uma questão de perspectivas plurais ou de considerações em particular. Ao menos na sua versão do século 20 americana, o jornalismo afirma apresentar uma imagem definitiva e factual das palavras e acontecimentos mais importantes do dia. Por meio de gestos solenes e distanciadores, a mídia das notícias aspira publicar uma narrativa oficial e culturalmente legítima de nosso mundo. Por meio deste processo, o jornalismo pratica uma forma particular de alquimia. Ele transforma o simples amontoado de ocorrências particulares em dourados eventos públicos dignos de nota. A imprensa



constitui o comunal; cria o público. A mídia define o que é uma preocupação pública a ser compartilhada, digna de atenção coletiva, e ao mesmo tempo delinea os limites do público (BOURDIEU, 1991, p. 173). Ela determina quem e o que deve ser excluído do domínio público.

Neste processo, a imprensa (assim como na discussão de Bourdieu sobre o campo político em geral) publiciza e objetifica. Ela leva as efemérides da vida cotidiana “do implícito para o explícito, de uma impressão subjetiva para uma expressão objetiva” e de um relato objetificado para uma narrativa oficial legítima. A mídia, ao definir o público, ao mesmo tempo desafia e apóia a sociedade política em seu esforço para impor uma particular “visão do mundo social” (BOURDIEU, 1991, p. 221-3; Cf. ARENDT, 1958). O jornalismo, apesar de declarar ser meramente uma reflexão imparcial sobre o mundo, apesar de afirmar-se como especialista e objetificado, de fato constrói culturalmente o mundo que narra. Nas notícias, a “performance” está misturada de forma indelével ao descritivo.

A mídia das notícias sanciona e legítima a sociedade política ainda de uma segunda maneira. Como nota Bourdieu (1991, p. 193), o monte de microfones apontados para o político, o brilho das luzes das câmeras e o rabiscar dos lápis dos repórteres, todos atuam para registrar e designar a importância das palavras do político. Eles simbolizam sua autoridade ao falar em público. Por exemplo, o presidente americano possui um direito único de comandar o tempo da televisão para discursos importantes. Como este caso sugere, a imprensa reconhece os direitos representativos especiais do político de falar em público porque ele ou ela teve seu poder e autoridade pública delegados por aqueles que representam. Além disso, como representante sancionado, o oficial eleito desfruta do privilégio especial de se comunicar com o povo, unir-se à nação em seu papel enquanto cidadãos eletronicamente reunidos.

Deste modo a imprensa representa vários rituais centrais ao imaginário democrático. Bourdieu (1991, caps. 8-9) batizou estes processos de “tecnologia social de delegação”. Nesta maquinaria simbólica, mais notadamente nos rituais das eleições, a soberania política dos cidadãos e seus direitos à deliberação pública são celebrados. Mas esta celebração acontece precisamente no momento em que todo o poder para falar em público e agir coletivamente é dado aos profissionais políticos da sociedade política formal. A imprensa continuamente reconhece e legítima o direito do político de falar em público (através da mídia) como a voz oficial do povo. Neste processo a distância entre eleito e eleitor, aquele que governa e aquele que é governado é ao mesmo tempo confirmada e negada.

Recapitulando o argumento até aqui, afirma-se que a imprensa está permanentemente inscrita na esfera pública democrática. Os ideais normativos da discussão pública democrática informam e infundem o papel público da imprensa e justificam seu funcionamento. Ao mesmo tempo, o jornalismo das notícias não

repete apenas o debate político. Em vez disso seu desempenho constrói as vozes públicas legítimas, as questões próprias para o debate público e os tipos apropriados de discurso a partir dos quais os debates públicos deveriam desdobrar. Nesta distribuição dos direitos de discurso, a mídia historicamente reforçou amplamente a monopolização que a sociedade política faz do discurso público como o representante legítimo da nação.

Neste contexto geral de acesso desigual à esfera pública, as escolhas pela imprensa de palavras e realizações da elite em busca de publicidade repousam sobre a posição do jornalismo dentro das arenas competitivas sociais da sociedade civil, da sociedade política e do mercado. Dependendo da relativa subordinação das notícias aos princípios do lucro, da acumulação de poder e da solidariedade adquirida pela comunicação, a seleção que a mídia faz de vozes públicas legítimas se alterará.

Este artigo volta-se agora para uma análise comparativa das notícias de Detroit de 1865 a 1920. Os jornais de Detroit do fim do século 19 e início do século 20, assim como aqueles do restante do país, apresentaram duas formas alternativas de notícias, duas posturas fundamentalmente diferentes na esfera pública. Essas diferenças são tomadas para demonstrar as consequências dos meios alternativos nos quais a imprensa se encaixa nas arenas institucionais rivais. No final do século 19 a imprensa estava fortemente ligada à sociedade política organizada em suas batalhas e polêmicas. No início do século 20, a imprensa assumiu uma posição central dentro da sociedade civil, não obstante uma versão peculiarmente apolítica da sociedade civil.

### **Metodologia de pesquisa**

Antes de entrar nos detalhes da análise, é melhor considerar os méritos do caso e os métodos adotados para delinear as mudanças políticas em jornalismo. O caso de Detroit tem o mérito da representatividade política. A cidade industrial em expansão do meio oeste demonstra a “dinâmica principal” da política americana no final do século 19 e início do século 20. Enquanto a organização partidária era mais forte no nordeste dos Estados Unidos e mais fracas nos novos estados do Oeste, a tendência principal nacional através da “Era Gilded” do final do século 19 era de organizações partidárias fortes em uma significativa competição política (SHEFTER, 1983). No século 20, com as transformações partidárias que seguiram as eleições críticas de 1894-1896, Detroit novamente conformou-se ao padrão majoritário (BURNHAM, 1982, cap. 1). Além disso, Detroit era uma cidade grande o suficiente para ter a imprensa apresentando uma ampla gama de diferenças na política e também leitores com características étnicas e de classe, típicos da cidade do século

19. Mas esta pequena metrópole industrial crescente era pequena o suficiente para tornar a classificação dos jornais diários uma proposição razoável.

A análise de conteúdo codificou todos os artigos publicados em dias amostrados dos jornais diários de Detroit: o *Detroit Free Press*, o *Evening News*, o *The Post*, o *Adviser and Tribune*, o *Union*, o *Times* e o *Journal*. Em 1867, no início deste estudo, Detroit possuía quatro jornais diários. Com o tempo o total cresceu para cinco jornais mas diminuiu para três em 1919. Os dias para codificação foram selecionados com base em amostra estratificada. A vida política americana apresenta uma natureza cíclica seguindo o calendário das eleições. Conseqüentemente, a cobertura das notícias políticas apresentam fortes diferenças entre a época eleitoral e os períodos não eleitorais. Para evitar qualquer confusão que este ciclo possa introduzir à procura de mudanças de longo prazo, a amostra foi organizada para incluir uma edição de jornal da eleição presidencial e uma de um período não eleitoral. Cópias do exemplar de 15 de outubro de todos os jornais foram analisadas para todos os anos de eleição presidencial, 1868-1920, e uma edição de todos os jornais diários foi analisada fora do período eleitoral (o 15 de fevereiro precedente de cada ano eleitoral). No final, aproximadamente 10.000 notícias foram codificados.

Os artigos foram codificados por tópico, os grupos e opiniões relatados, e pela introdução que o/a repórter-narrador(a) faziam de suas opiniões explícitas (seja valorativa, lógica ou causal) dentro da narrativa. Em geral, uma medida foi construída para a “tendência política” do jornal, ou seja, sua atenção sistemática ou sua avaliações em favor de grupos políticos específicos.

### **O jornalismo partidário do século 19**

Ao longo da maior parte do século 19, os partidos políticos dominaram a vida político-pública americana (SKOWRONEK, 1981; BRIGHT, 1984; SKOCPOL, 1992). Vários recursos aumentaram o poder dos partidos para ditar os termos do debate americano. Além do controle sobre o acesso a cargos eletivos e da conversão da administração governamental em posições de patronagem para trabalhadores leais ao partido, o partido comandava a esmagadora lealdade da população votante. Devido ao controle partidário de recursos políticos e da legitimidade como representante público do eleitorado, os partidos tornaram-se as vozes dominantes, senão exclusivas nas questões de importância nacional. Neste contexto de poder excessivo dos partidos, os jornais publicamente afirmavam sua fidelidade tanto aos democratas quanto a seus oponentes do século 19, fosse este conservador ou republicano. A imprensa do século 19 era aberta e formalmente partidária (BALDASTY, 1992; JENSENM, 1971; MCGERR, 1986).

Como órgãos formais e explícitos de um partido político, os jornais orgulhosa e publicamente apresentavam suas tendências tanto nos editoriais quanto nas notícias. Os editoriais são o gênero pelo qual os jornais mais proeminentemente apresentam suas fidelidades políticas. E de fato, como órgãos leais voltados para o sucesso do partido, a maior parte dos jornais diários de Detroit defendia a causa de seus partidos durante a época eleitoral. De acordo com a análise de conteúdo, nos anos de 1865 a 1900 os editoriais partidários variaram de 34% a 81%. Mesmo em período não-eleitoral os jornais do final do século 19 explicitamente alinhavam-se com as posições e com as políticas de seus partidos em 20% a 50% nos artigos opinativos.

Editoriais no período de Eleições Presidenciais				
	1868	1876	1884	1892
Partidarismo <sup>5</sup>	81%	78%	62%	52%
Editoriais fora do período de Eleições Presidenciais				
	1867	1875	1883	1891
Partidarismo	54%	40%	18%	34%

Os jornais se expressavam não como comentadores exteriores ou imparciais, mas como representantes de sua comunidade partidária. Os editoriais, em parte, tornaram-se um diálogo ampliado, ou melhor, uma diatribe entre jornais locais apoiando os dois partidos. A linguagem geralmente alcançava extremos mordazes entre os editores democratas e republicanos. Por exemplo, o democrata *Detroit Free Press* sentiu-se forçado a denunciar seu contemporâneo, o republicano *Post*, na edição de 14 de outubro de 1876:

*“Se o Post mente sobre a marcha [democrata] na noite passada assim como mentiu sobre o desfile [democrata] da noite de quarta-feira, o público terá mais uma confirmação do fato de que o **Detroit Post** é um dos mais ofensivamente abjetos e servis órgãos que já desgraçaram o jornalismo.”*

Neste debate bilateral, os jornais implicitamente sugeriam que os dois partidos esgotavam o espectro relevante dos pontos de vista políticos.

<sup>5</sup> Nas amostras de edições todos os editoriais foram classificados de acordo com a tendência política e sua extensão foi medida. A percentagem é do espaço que os jornais dedicavam aos editoriais.

Nos jornais americanos do século 19, o partidarismo também fazia parte das notícias. Nenhuma linha divisória preservava a imparcialidade das notícias da defesa da página editorial. Especialmente durante os períodos eleitorais, as notícias tomavam uma forma partidária gritante, flutuando entre 5% e 20% do espaço total das notícias.

<b>Notícias nos anos de eleição presidencial</b>					
Partidarismo	1868	1876	1884	1892	1896
	15%	21%	39%	16%	40%
<b>Notícias em anos não eleitorais</b>					
Partidarismo	1867	1871	1879	1887	1895
	18%	4%	4%	3%	9%

De uma maneira esquemática, havia três formas dominantes de notícias partidárias: primeiro, os jornais dedicavam partes amplamente desiguais de atenção para tornar públicas as ações e discursos de seu partido, enquanto castigavam ou ignoravam o partido oposto. Segundo, as disputas eleitorais e as vitórias eram relatadas de maneira manifestamente exagerada e distorcida. Os órgãos do partido celebravam todos os sinais de sucesso do partido. Por último, os interesses de partido afetavam as notícias de maneira mais profunda. A própria escolha de eventos a serem noticiados era definida pela agenda política do partido. Os jornais selecionavam dentre os eventos a serem cobertos aqueles que poderiam ilustrar a verdade das posições do partido e os benefícios de suas políticas. Como as questões políticas que dividiam os democratas dos republicanos mudaram durante o curso do final do século 19 - de disputas sobre a reconstrução do Sul para a troca de acusações de corrupção e suborno, para debates sobre as tarifas de importação e as políticas monetárias inflacionárias do final do século - também assim evoluiu a agenda de notícias da imprensa. Os jornais trilhavam as conseqüências das políticas dos partidos para dentro da ordem social no esforço de argumentarem a favor ou contra os programas de ambos os partidos.

Por exemplo, no período da Reconstrução, 1865-1876, as questões da Guerra Civil ainda predominavam na imprensa e na política, mas os dois partidos as definiam de maneira diferente. Para os republicanos, as questões da Reconstrução eram logicamente a união nacional e a traição. Tentavam com persistência retratar os democratas como o partido do sul, da secessão e da guerra, pela qual os cidadãos do norte pagaram tão duramente com o sangue de seus jovens. Em resposta, os democratas redefiniam os termos do conflito. Insinuava, que a guerra com seu objetivo de união e abolição da escravidão tinha um motivo secreto: o estabelecimento de um governo despótico de republicanos em Washington, um

estado militar centralizado mantido pelo apoio de ignorantes eleitores negros. Além disso, os democratas argumentavam que os negros recém emancipados eram congeneremente incapazes de participar do governo dos brancos. A eles faltavam a razão e o autocontrole necessários para o governo republicano. Os democratas jogavam com a questão da raça freqüente e perversamente (MONTGOMERY, 1981, p. 84; BAKER, 1983).

Os jornais partidários de Detroit traçaram estas questões em uma miríade de conseqüências supostas e uma multiplicidade de novos eventos. Ambas as imprensas dos partidos trocavam acusações de crimes ultrajantes no sul. Os republicanos atestavam que os negros e os soldados da União foram submetidos à brutalidade dos sulistas recalcitrantes e dos membros da Ku Klux Klan. A imprensa trabalhava de mãos dadas com os republicanos em Capitol Hill ao publicarem os resultados das investigações do Congresso sobre os atos sulistas de intimidação e terror<sup>6</sup>. Os democratas tentavam revidar estas acusações com relatos repetidos de crimes, estupros e “ultrajes” cometidos pelos escravos recém libertados<sup>7</sup>. Além disso, para indicar os descaminhos das políticas republicanas, as notícias democratas destacavam repetidamente a suposta evidência da inferioridade biológica dos afro-americanos. As notícias caricaturavam o comportamento dos negros, detendo-se em descrições minuciosas de seus traços físicos e de comportamento, traços estes que supostamente mostravam suas diferenças físicas e deficiências.

Diferente de nossos jornais de hoje, as do século 19 ficavam sob o guarda chuva protetor de uma legitimidade política partidária como um representante do público. Além disso os jornais se dirigiam a um leitor democrata ou republicano que esperava esta forte demonstração de partidarismo por parte de seu jornal (KAPLAN, 1993). Protegidos da crítica por estes recursos, o jornal partidário estava livre para explorar de maneira sistemática e repetida as implicações sociais das políticas governamentais nos editoriais e notícias. A agenda jornalística não dependia da ocorrência de “eventos” para justificar a seleção de histórias do repórter. Aquilo que seria proibido para nossa imprensa contemporânea independente e “objetiva”, como “editorializar” - expor o ponto de vista subjetivo do repórter - era buscado pela imprensa do século 19.

Deste modo os jornais diários de Detroit apresentavam imagens fortemente opostas da natureza da sociedade americana e denunciavam enfaticamente as conseqüências do governo do outro partido. Tais jornais partidários tinham o mérito de oferecer uma estrutura interpretativa coerente para compreender os eventos cotidianos. O efeito de seu relato politizado era tornar dramáticas as questões

---

<sup>6</sup> Cf. *Free Press*, 15 outubro 1868, 4. E ver 24 agosto 1880, 4 e 24 setembro 1880, 4.

<sup>7</sup> Para exemplos representativos ver as amostras das edições do *Daily Union*, 15 outubro 1968 e *Free Press*, 15 outubro 1968.

políticas em jogo ao publicizar posições políticas fortemente opostas. Em 1867 o *Detroit Post* admitia este papel político ao explicar a missão dos jornais partidários:

“O segredo da influência [dos jornais sobre a comunidade] não é tanto que eles dão opiniões prontas para as pessoas; mas sim, que eles mantêm tópicos proeminentes constantemente recheados perante elas, colorindo o mais possível este tópicos por todos os lados. [Os jornais republicanos] estão constantemente estimulando esta reflexão e discussão [do público].”

Por outro lado, este debate público enfático estava contaminado pela busca calculada de poder político. Questões, notícias e opiniões que quebravam ou ameaçavam a coalizão social do partido, tais como a abstinência do álcool, a abolição da escravidão e os problemas dos fazendeiros eram suprimidas e excluídas das notícias diárias (JENSEN, 1971, p. 194-7; GOODWYN, 1978; FOLKERTS, 1985). Os jornais em seu alinhamento com a sociedade política formal, preocupada com a busca estratégica de poder, não noticiavam a ampla gama de opiniões, vozes e questões da sociedade civil. A esfera pública, ao menos enquanto representada pela imprensa como meio central de comunicação pública, tornou-se absorvida em debates extensivamente politizados e polarizados entre dois partidos. As estratégias notícias forçaram o abandono dos ideais da esfera pública: deliberação racional e aberta entre cidadãos sobre temas de bem comum.

## **O surgimento da independência da imprensa no início do século 20**

O século 19 apresentou um jornalismo partidário constante, mas depois de 1896 este partidarismo diminuiu fortemente. Durante os períodos eleitorais do final do século 19, a maioria dos editoriais de amostragem eram explicitamente partidários. De 1900 em diante, artigos de opinião que ficavam explicitamente com o partido e suas políticas tornaram-se uma parcela em declínio da página editorial. Em períodos não eleitorais, a queda de editoriais partidários entre os séculos 19 e 20 foi ainda mais forte. Daqueles 18% a 50% da Era Gilded<sup>8</sup>, os editoriais partidários tornaram-se minúsculos 1% a 5%. Quanto às notícias, a imprensa de Detroit preenchia cerca de um quarto de seu espaço para notícias com artigos partidários durante as eleições presidenciais no final do século 19. Em nosso século, as notícias com avaliações explícitas ou seleções tendenciosas decresceram

---

<sup>8</sup> N.T. “Gilded Era” no original. Período pós-guerra civil dos Estados Unidos. O termo, criado a partir do romance “The Gilded Age” de Mark Twain e Charles Dudley Warner (1873) faz referência a este período de industrialização, busca desenfreada pelo lucro e corrupção política e moral.

fortemente para 5% a 7%. As notícias em períodos não eleitorais tiveram um agudo declínio no início do século 20.

<b>Editoriais em Anos de Eleição Presidencial</b>				
Partidarismo (como uma Percentagem dos Editoriais)	1892	1900	1908	1916
	52%	29%	28%	17%
<b>Editoriais em períodos Não-eleitorais</b>				
Partidarismo	1891	1899	1907	1915
	34%	5%	1%	3%

<b>Notícias em anos de Eleição Presidencial</b>					
Partidarismo (com uma Percentagem do espaço para notícias)	1892	1896	1900	1908	1916
	16%	40%	14%	7%	5%
<b>Notícias em anos não-eleitorais</b>					
Partidarismo	1895	1903	1911	1919	
	9%	3%	0%	1%	

Em suma, no início do século 20, o partidarismo explícito nas notícias desaparecera. O partidarismo em editoriais diminuiu para uma percentagem pequena, mas ainda estava presente. Esta parcialidade editorial limitada estava no entanto confinada ao período eleitoral. O jornal já não estava mais engajado em um esforço prolongado ao longo do ano para proselitizar os eleitores ou demonstrar continuamente sua fidelidade formal ao partido.

No início do século 20 a política americana sofreu um número de mudanças institucionais significativas. Basta dizer que os recursos simbólicos e organizacionais dos partidos políticos entraram num declínio de longa duração como resposta a dois episódios políticos fundamentais. O primeiro episódio foi a crítica eleição de 1896. Esta campanha eleitoral viu a entrada de novas e controversas questões econômicas dentro da arena política e iniciou uma alteração constante nas coalizões sociais que sustentavam os dois partidos. Os elos populares tradicionais da fidelidade partidária foram rompidos e o partido democrata se enfraqueceu significativamente, tornando muitas eleições subseqüentes não competitivas. Em resposta a estes eventos traumáticos, a participação eleitoral popular iniciou um declínio agudo e súbito, caindo de 84% no país em 1896 para 53% na eleição presidencial, vinte e quatro anos mais tarde (BURNHAM, 1970; KLEPPNER, 1987).



Em segundo lugar, no início do século 20, após a este realinhamento político, o movimento reformista progressista lançou seu ataque aos partidos políticos e seu papel central na cena pública americana. Neste contexto de poder decrescente dos dois partidos e de uma ideologia anti-partidária articulada por um movimento de classe media, os jornais se libertaram do controle partidário. Jornais como o *Detroit Free Press* e o *New York Times* marcadamente publicaram suas “declarações de independência” em relação a qualquer partidarismo<sup>9</sup>.

Os jornais cortaram suas amarras com os partidos e basearam-se nos novos fundamentos políticos articulados pelos movimentos de reforma progressista para reconstruir seu papel na esfera político-pública americana. A imprensa proclamou que dali em diante publicaria um relato imparcial e factual dos eventos mais importantes do dia, sem levar em consideração os interesses econômicos ou políticos de nenhum grupo em particular. Em vez de interesses privados, a imprensa era guiada pelo ideal do “serviço público”. Em vez de julgamentos pessoais ou avaliações políticas, eles afirmavam que a especialidade profissional técnica iria dirigir a escolha das notícias e das interpretações<sup>10</sup>. De partidária, a imprensa afirmou ter se tornado um órgão de registro independente da vida política americana e um árbitro neutro da discussão pública americana.

Dentre os editores de Detroit, George Booth, dono do maior jornal de Michigan, o *Evening News*, e seus irmãos que controlavam uma cadeia de oito jornais menores pelo estado foram proeminentes no movimento progressista e seus esforços para reformar a política e a imprensa (POUND, 1964). No início do século 20 Booth repetidamente afirmava sua devoção à ética jornalística do serviço público, tanto em sua correspondência privada quanto em seus pronunciamentos públicos:

*“Um jornal que deseje uma posição de destaque, influência e lucro em seu ramo deve aprender a servir. Quanto mais completa e eficientemente ele servir para elevar a vida construtiva da comunidade, maior será sua recompensa financeira e mais longa a sua vida.*

*...Faça seu jornal SERVIR, construtivamente servir primeiro ao interesse público; sua recompensa virá sem grande esforço<sup>11</sup>.”*

---

<sup>9</sup> *Post*, 24 janeiro 1967, 4.

<sup>10</sup> O editor do *Free Press*, o democrata Quinby, renunciou a lodo partidarismo em agosto 1896, assim como fez o *New York Times* (ver LODGE, 1949). O abandono dos jornais clássicos democratas dos escalões do partido foi típico para a maior parte dos jornais democratas no país (ver JENSEN, 1971; SARASOHN, 1989, p. 10-11; BAEHR JR., 1972; VANDERMEER, 1989). A lealdade de imprensa ao partido Republicano foi mais raramente quebrada. Em Detroit, o editor James E. Scripps tirou o *Tribune*, o jornal oficial do partido republicano em 1986 (KAPLAN, 1993).

<sup>11</sup> Sobre as ligações íntimas entre o movimento Progressista e os jornais em geral ver GANS; HOFSTADTER, 1955, p. 186-98. Os editores do *Detroit News*, James e Edward Scripps, o diretor George

Booth enfatizava que nem seus interesses, nem aqueles de seus parceiros e do *staff* estavam envolvidos na seleção do conteúdo editorial do jornal. O jornal deve guardar sua independência e imparcialidade ao evitar envolvimento e ligações econômicas incriminadoras. Os trabalhadores do jornal, de fato, deviam observar um rigoroso código de comportamento. Booth insistia para que proprietários, editores e repórteres resistissem aos agrados oferecidos pelos poderes político e econômico<sup>12</sup>.

Talvez os incentivos econômicos oferecessem a mais forte tentação ao editor moderno. As cartas de Booth repetidamente se referiam a sua postura ética quanto a esta questão. Edmund Booth escreveu que em uma conversa com um diretor do banco local,

*“Eu... de boa fé o informei que você e eu em nosso código de ética por um jornal independente não nos permitimos ser acionistas do banco<sup>13</sup>”.*

Duas semanas depois Edmund contrastou as ações dos gerentes de Booth com aquelas de um padre que estava envolvido com todos os esquemas econômicos do local, e ele comentou:

*“Nós até mesmo estabelecemos um padrão para nossos repórteres e dizemos que eles não devem ter afiliações externas porque tais relações são contrárias à ética do jornalismo independente<sup>14</sup>.”*

---

Booth e o editor do *Detroit Times* James Schermerhorn eram defensores dos movimentos por reforma social do período Progressista.

<sup>12</sup> George G. Booth, “Notes for An Address” (Cranbrook Archives). Booth acreditava tão seriamente que um jornal deveria dedicar-se ao serviço público e não ao lucro ou interesses privados que ele defendeu a propriedade pública da imprensa [Carta de George G. Booth a Edmund W. Booth datada de 11 novembro 1914] (Cranbrook Archives). Além disso, ele defendia repetidamente o News como uma “instituição pública”. Nas palavras do seu biógrafo Pound, o News era visto como “funcionando sob uma franquia tácita do povo...” (POUND, 1964, p. 191). Um exemplo das afirmativas particulares da devoção ao serviço público está na Carta de George G. Booth a Edmund W. Booth datada de 30 julho 1907. Ver também a Carta de Edmund W. Booth a George G. Booth datada de 30 julho 1908 e o “Notes for An Address” de George G. Booth 1,4 (Cranbrook Archives).

<sup>13</sup> No início do século 20 Booth viu o enredamento da imprensa com interesses poderosos como uma dificuldade permanente para os jornais. Carta de George G. Booth a Edmund W. Booth datada de 9 julho 1908 (Cranbrook Archives). Esta dificuldade também é observada pelo magnata dos jornais e reformista Edward Scripps (KNIGHT, 1966, p. 238-45). Seus medos correspondiam aos dos progressistas de classe média que tramavam uma preocupante rede de uma sociedade corrupta sob o controle dos ricos e das corporações monopolistas. Sobre o desaparecimento destes medos nos anos 1920 ver Hofstadter, 1967.

George Booth resumiu assim sua postura:

*“O dinheiro do [homem da imprensa] deve fluir apenas dos negócios que não podem ser prejudiciais ou manchar suas convicções<sup>15</sup>.”*

Os jornalistas usavam as idéias do movimento progressista do serviço público para negar que o proprietário, editor ou repórter recebessem qualquer remuneração particular, ou tirasse qualquer vantagem de decisões sobre notícias. Em vez disso, o jornalista, como profissional, estava devotado ao interesse público maior e era recompensado apenas em servir ao bem público.

*“Nossas políticas na condução do News não são políticas particulares. .. não temos segundos motivos, não temos interesses pessoais, George Booth, o diretor do **Detroit News** escreveu de maneira defensiva<sup>16</sup>.”*

A estratégia de Booth em responder neste caso às críticas de um homem de negócios conhecido mostra o papel desta ética jornalística. Ela foi designada para isolar o jornal de ataques políticos e representa uma base de legitimidade fundamentalmente reformulada para os jornais, depois das justificativas de partidarismo explícitas e formais do século 19. (TUCHMAN, 1972; 1978b).

Os editores não mais mantiveram as velhas justificativas partidárias de um ponto de vista do jornal livremente expresso, em oposição a outros pontos de vista. No século 19, os jornais afirmavam um direito explícito ao discurso político. Eles possuíam tais direitos, tanto como adjuntos aos partidos como representantes políticos populares, quanto como cidadãos livres engajados em um diálogo público. Eles eram membros participantes da esfera pública. No século 20, entretanto, a imprensa afirmava estar acima do debate da esfera político-pública. Independente de estarem dissociadas de qualquer ponto de vista fixo, as notícias dos jornais navegavam acima da contenda política (ALEXANDER, 1981, p. 23-29). O jornal não era parte do redemoinho de opiniões e preferências partidárias; não mais aspirava servir um segmento particular da opinião pública, e não possuía ligações com

---

<sup>14</sup> Carta de Edmund W. Booth a George G. Booth datada de 7 dezembro 1907 (Cranbrook Archives). Cf. POUND, 1964, p. 217, 235-6.

<sup>15</sup> Carta de Edmund W. Booth a George G. Booth datada de 20 dezembro 1907 (Cranbrook Archives).

<sup>16</sup> POUND, 1964, p. 236. Sobre a recusa em envolver ligações interesses e políticos ver: Cartas de George G. Booth a Edmund W. Booth datadas de 30 julho 1907 e de 31 julho 1912 (Cranbrook Archives). Pound, 1964:458-9.

nenhuma organização política em defesa de políticas ou busca de poder político. Se um jornal adota uma voz ativa, analítica e defensora, o faz em nome dos interesses públicos compartilhados por toda a comunidade (Cf. HALLIN, 1986). Como observou em sua correspondência, o presidente do *Detroit News*:

“*Estamos conscientes que não temos outra ambição [que] a de garantir um bom governo e encorajar o que quer que tenda em direção do bem público e da felicidade do povo em geral*”<sup>17</sup>.”

Na análise de Jeffrey Alexander (1981; Cf. HALLIN e MANCINI, 1985, p. 849), os meios de comunicação de massa não mais “produziam perspectivas agudamente divergentes dos acontecimentos públicos”. Eles evitavam a articulação explícita e consciente de normas em um conflito com outras perspectivas. Suas palavras saíam dos lábios de *experts* imparciais ou de representantes não políticos da vontade da comunidade.

Assim a imprensa migrou da sociedade política, com um debate político polêmico e estrategicamente formulado, para a sociedade civil. Mas nesta sua nova posição, assumidamente apolítica, imparcial e objetiva, a imprensa se posicionou fora do debate aberto e da deliberação da sociedade civil. As escolhas das notícias da imprensa não eram guiadas pelas questões abertamente articuladas da sociedade civil, nem pelas ideologias políticas polarizadas, ou pelos interesses da política formal. Deixando de assumir um ponto de vista político como o guia de suas escolhas jornalísticas, os jornais afirmavam determinar as notícias baseados em critérios independentes e especializados, a partir dos acontecimentos mais importantes do dia. De fato, as notícias se mantiveram em uma série de normas tomadas de antemão e compreensões culturais de senso comum para escolher o que era mais importante noticiar (TUCHMAN, 1978a). Elas dependiam de valores não tematizados do *background* cultural da sociedade civil, em seu “mundo da vida” (*life-world*) conforme a terminologia de Habermas, para realizar as seleções necessárias e as interpretações dos eventos do dia. A imprensa, sob a influência de ideologias profissionais e idéias tecnocratas, mudou da arena da luta política para aquela da integração social<sup>18</sup> e retirou suas narrativas das normas culturais de senso comum da sociedade.

---

<sup>17</sup> Carta de George G. Booth a H. Chalmers, datada 7 novembro 1915 (Cranbrook Archives).

<sup>18</sup> Carta de George G. Booth a Edmund W. Booth datada de 30 julho 1907 (Cranbrook Archives, Bloomfield Hills, Mich.).

A imprensa do início do século 20, em conjunto com os movimentos pela reforma progressista, fizeram campanha pela reforma política e denunciaram a corrupção. Mais tarde, a decadência do movimento progressista significou que o jornal teria de permanecer sozinho defendendo as reformas políticas e sociais. Quando o movimento recuou, as manifestações e defesas jornalísticas declinaram<sup>19</sup>.

Nesta nova estância imparcial e apolítica, a imprensa do início do século 20 reteve apenas fracos recursos simbólicos e econômicos para apresentar suas próprias interpretações nas páginas diárias. Teve poucas justificativas para forçar sua agenda e suas perspectivas contra os representantes de outros poderes em disputa da esfera pública (HALLIN e MANCINI, 1985, p. 847-9; ALEXANDER, 1981, p. 35-7). A imprensa independente possuía direitos limitados de discurso principalmente quando garantia que suas opiniões representassem o interesse público contra poderes privados ou governamentais. Logicamente, toda escolha de notícias jornalísticas representa algum ponto de vista social, mas a imprensa tentava camuflar estas escolhas com sua posição imparcial e especializada, ou com seu estilo narrativo apagado. Se o ponto de vista de um repórter estimulava uma controvérsia social significativa, ele seria condenado como partidário. Em todos os contextos controversos, a imprensa recuava para uma postura de aceitação obliterada da opinião majoritária.

Voltando uma última vez à família Booth de editores: estes jornalistas reformistas repetidamente mostravam as ambigüidades políticas do não-partidarismo. Em uma ocasião, o irmão Edmund achou necessário excluir de seu jornal uma coluna polêmica escrita por seu pai. O filho explicou suas razões a seu pai:

---

<sup>19</sup> Cf. ALEXANDER, 1981. Podemos dizer que o jornalismo como um relato dos fatos, que estão supostamente separados dos valores e da defesa política, depende da emergência de uma esfera social liberta da polarização política (e da polarização das interpretações). Schudson, em sua história social clássica da imprensa, *Discovering the News* (1978) também descreve a emergência da imprensa moderna não mais partidária. Ele situa esta mudança na era jacksoniana, nos anos 1830. Nesta década, as crenças compartilhadas de uma “sociedade democrática de mercado” tornaram-se dominantes. Aqui, Schudson segue a conhecida “interpretação consensual” de Richard Horstadter (1948). A emergência de um consenso social compartilhado de um “individualismo liberal” nos anos 1830 é causa e resultado da emergência de um reino social liberto de uma controvérsia política importante. A mudança das opiniões e da defesa para os fatos, pode-se dizer, depende da emergência desta esfera social liberta da polarização política. Diferente da interpretação aqui apresentada, Schudson não situa a imprensa dentro da arena de disputa do debate público depois de ocorrida esta transição.

“O espírito “partidário” não está de acordo com o jornalismo moderno independente, e quando notei que o senhor é o genitor de uma raça de jornalistas independentes e deste modo deve cuidar para que seu método de escrita mantenha-se dentro do espírito do jornalismo independente, acreditei que o senhor rapidamente entenderia meu argumento e concordaria com ele. [S]eus filhos controlam os órgãos que lideram a publicidade de um grande estado num momento em que podem ocorrer duras controvérsias [e]... amargura. Realmente acho que se alguém da família tomar a frente da luta e escrever de forma mais drástica e sensacionalista do qualquer outro anti-sufragista faz, a relação pode se tornar muito delicada. Tudo o que me importa é que a independência real destes jornais não deve ser mal compreendida. Quero que os sufragistas sintam que vão ter uma parcela igual com o **The Grand Rapids Press** mesmo se este continue a criticá-los como fez no passado<sup>20</sup>.”

George Booth resumiu seu argumento em um editorial:

“...[I]nteresses públicos impõem sobre qualquer jornal a obrigação de permanecer completamente neutro... [nas campanhas políticas]<sup>21</sup>.”

A fraqueza política da imprensa é reforçada por sua dependência ao mercado de massa. Apresentar opiniões controversas ou suspeitas permitiria que a mídia jornalística fosse desafiada por outros atores políticos e também pela perda de “consumidores” aborrecidos. A busca dos jornais por um grupo de leitores amplo, não segmentado por opiniões políticas ou sociais significa que seu partidarismo deveria alienar algumas partes de seus leitores e deste modo ameaçar seu futuro econômico. Além disso, podem especular que a ideologia tecnocrata da era progressista (e dos repórteres como profissionais) não deu nenhum valor em particular ao debate público ou a inclusão de uma gama maior de opiniões<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> Booth logo começou a defender uma estância da imprensa “suspensa” acima da discórdia e disputa da política. Ele sugeriu que uma postura menos controversa aumentaria os lucros do jornal. Cf. POUND, 1964, p. 221; Carta de George G. Booth a Edmund W. Booth datada de 31 outubro 1910 (Cranbrook Archives).

<sup>21</sup> Carta de Edmund W. Booth a Henry Booth datada de 3 março 1913 (Cranbrook Archives)

<sup>22</sup> “Again the Senatorship” de George G. Booth (Cranbrook Archives).

Em 1908 a imprensa de Detroit havia aberto mão de grande parte do partidarismo patente e limitado que haviam colorido os esforços jornalísticos das eleições nacionais anteriores<sup>23</sup>. As declarações exuberantes e explícitas de lealdade ao partido haviam desaparecido. As notícias políticas entretanto não desapareceram junto com o partidarismo. Ainda preenchiam uma grande parcela, de 30 a 40% das colunas de notícias diárias. Que nova forma estas notícias políticas assumiram?

A cobertura das campanhas eleitorais mudou-se, em parte, dos partidos políticos para os candidatos individuais. Em vez da prática do século anterior de tornar públicas todas as atividades do partidos com sua profusão de comícios e discursos através de Michigan, as notícias seguiam os indivíduos em suas viagens de campanha<sup>24</sup>. Mais especificamente, a cobertura detalhava as atividades dos candidatos democratas e republicanos para os cargos executivos de presidente, governador e prefeito. A imprensa desconsiderava outras corridas eleitorais especialmente as das legislaturas locais, estaduais e nacionais. Enquanto um crescimento na cobertura de imprensa do cargo executivo para presidente no século 20 era há muito observado (CORNWELL, 1959; TULIS, 1987), a cobertura de 1908 revelou que a mudança se estendia também para os cargos executivos nas corridas eleitorais estaduais e locais.

Além disso, diferente da cobertura parcial da imprensa partidária, os jornais de 1908 relatavam “todos os lados” da campanha política, ou seja, seus dois principais partidos. A imprensa americana de 1908, assim como hoje, assumiu de maneira simplificada que as atividades dos democratas e republicanos esgotavam todo o espectro político. Assim, o Partido da Proibição de Michigan e o Partido Trabalhista Socialista com sua chapa eleitoral de candidatos para cargos estaduais em 1908 não mereceram papel nem tinta. No final do século 19, a cobertura política dedicava-se a um lado desprezando o outro; um partido era elogiado e

---

<sup>23</sup> Sem um lugar independente e crítico dentro da esfera pública, o jornal simplesmente segura o senso dominante, ou mais especificamente as opiniões de uma elite econômica. Sem possuir qualquer crítica social que pudesse reconhecer os interesses em conflito da comunidade ou as contínuas concentrações de poder, as políticas editoriais dos reformistas independentes logo entraram em colapso e aceitaram o ponto de vista dos grandes interesses industriais locais (Cf. ROGIN, 1967, p. 201-3; LASCH, 1965, cap. 6; KAINS, 1991).

Nas políticas editoriais de Booth, a imparcialidade jornalística e falar pelos interesses da comunidade logo se confundiram com uma valorização dos méritos da cidade e com uma promoção de seu bem estar econômico. Muito explícita quanto a este tema é a Carta de George G. Booth a Edmund W. Booth datada de 19 janeiro 1910 (Cranbrook Archives). Ver também POUND, 1964, p. 221; Carta de George G. Booth a H. Chalmers, datada de 7 novembro 1915 (Cranbrook Archives).

<sup>24</sup> É claro, os jornais ainda se alinhavam a um partido ou a outro. Entretanto, esta parcialidade (que deve ter sido necessária para assegurar aos leitores que seu jornal estava do lado certo e da decência) estava amplamente restrita aos editoriais, e em número reduzido.

citado, o outro ignorado e ridicularizado. A imprensa não tinha uma posição independente fora do combate dos partidos.

Em 1908 a publicidade elogiosa tão típica da imprensa partidária foi transferida para os candidatos de ambos os partidos. A cobertura de 1908 adotou uma espécie de paralelismo entre os dois partidos, um ato de equilíbrio político. Este equilíbrio foi conseguido de uma maneira bem diversa daquela de nossa mídia atual. A imprensa hoje cobre a controvérsia política citando os lados rivais, ou seja, ambas as autoridades políticas legítimas envolvidas na disputa. Uma citação retruca a outra, enquanto o jornalista assume uma estância narrativa nula. As notícias, pela sua justaposição de opiniões e sua própria distância narrativa dos dois lados, transforma as opiniões e afirmações dos dois lados em questão de disputa e verdade incerta. A imprensa em 1908, pelo contrário, equilibrava a cobertura dos candidatos dos dois partidos ao publicar artigos pontuais e diferenciados da campanha de cada candidato.

Por exemplo, na disputa local pelo prefeito de Detroit, o democrata no cargo enfrentava um desafiante republicano. O *Journal* de Detroit e seus rivais, o *Times*, o *News* e o *Free Press* todos juntaram relatos da campanha democrata com aquela dos republicanos. Cada artigo adotava a perspectiva do candidato e detalhava seus discursos e suas atividades diárias<sup>25</sup>:

### **Debates e temas na campanha para prefeito**

*Thompson diz o que “ele não fez”*

*[...] O prefeito participou de cinco encontros, todos eles com muita audiência. Três deles aconteceram em território Democrata, um foi num bazar de Igreja onde a política foi tratada como tabu, e o último encontro foi num distrito republicano. A primeira parada foi no Perkins Hall, Twelfth e Grand River, onde a paróquia de St. Leo estava fazendo uma feira para a igreja. O prefeito, acompanhado por Fr. Meathe, visitou as várias barracas. [etc].*

*A última parada foi em Ellery e Arndt no bairro Treze, onde estava a melhor multidão da noite, cerca de 300 presentes. Este foi a quarta zona eleitoral do bairro Treze num distrito fortemente republicano.*

*O prefeito divagou a partir de seu discurso estabelecido para a noite passada, aquecendo seu tema...*

---

<sup>25</sup> Os comícios dos partidos continuaram em 1908, mas não chegaram à imprensa. *Journal*, 15 outubro de 1908



*“O clube republicano Wayne County ofereceu um prêmio de 50 dólares para o melhor artigo sobre por que eu deveria ser derrotado” disse o prefeito. “este é para mim um elogio porque mostra que a oposição acha difícil encontrar razões para não me reeleger. Também posso notar que até agora o esforço para encontrar as razões não parece ter sido bem sucedido e eu os aconselho a aumentar este prêmio para 100 dólares... Talvez fosse bom que estas pessoas que estão perguntado “O que Thompson fez” aprendessem o que ele não fez. Thompson [...] não esteve jogando dinheiro fora no valor de um dólar para cada poste elétrico colocado na cidade. Thompson não recebeu jantar com vinho dos lobistas da Detroit Urban Railroad...[etc.]”*

*Ald. Heineman fala pelo Sr. Breitmeyer*

*A campanha da noite passada de Philip Breitmeyer começou às 6:60 na Igreja da Epifania, e terminou às 11 da noite no encontro Amaranth no salão de East Side Bohemian Turner. Nestas quatro horas e meia o partido em campanha correu através de dez encontros diferentes, e ouviu dez variedades de aplausos. A questão do bonde não foi discutida pelo candidato, exceto quando ele mencionou Thompson, ou quando o reverendo Locke perguntou a ele na Igreja da Epifania se ele defendia a passagem de 3 cents ou a de 5 cents. “Enfaticamente sou a favor da taxa de 3 cents” disse o Sr. Breitmeyer. No bar Kawecky, na rua St. Antoine, dois garotos estavam cantando uma música “Breitmeyer”, adaptando a melodia da canção “Harrigan”. Breitmeyer fez um discurso do alto de uma cadeira... “Quero dizer aos senhores, cavalheiros, por que devem votar pelos republicanos” disse o Sr. Breitmeyer. “Se há democratas aqui, quero mudar seus votos. (gritos de hurra). Não estou pedindo que votem em um homem que prometerá coisas que não pode fazer. Thompson disse que ele lhes daria a passagem de 3 cents e em 3 meses ou em 2 anos. Ele deu? Não; e não dará em mais dois anos, se os senhores o elegerem. Ele não fez nada a não ser blefar. Ele brincou com a companhia de gás, mas os senhores estão pagando mais pelo seu gás... [etc. etc.]”*

A cobertura da campanha nacional exibia semelhante procedimento e equilíbrio. Um artigo descrevendo o candidato presidencial William H. Taft vinha ao lado de uma história sobre o democrata Bryan. As afirmações citadas do Comitê Democrata Nacional provocavam um artigo sobre a resposta do Comitê Republicano.

A imprensa partidária do século 19 orgulhosamente demonstrava seu compromisso com um partido único e com seus princípios. As notícias resultantes dedicavam grande quantidade de espaço às palavras e atos dos líderes do partido. Sua deferência ao partido refletia a legitimidade dos políticos como representantes dos cidadãos, recipientes de um mandato democrático para falar e agir pelo público. A cobertura de 1908 também acatou as afirmações e a agenda política dos

candidatos. Os repórteres acompanhavam a campanha e gravavam os discursos sem iniciar novos tópicos ou temas para o debate.

Em 1908 o duelo dos dois partidos e seus candidatos monopolizaram o discurso político-público nos períodos de campanha. As notícias, assim, produziram uma esfera pública altamente estratificada. Estes direitos estratificados ao discurso público duplicaram de certo modo a rigidez e as exclusões do século 19. Com apenas uma legitimidade frágil para incluir as perspectivas alternativas além das barreiras da sociedade política formal, a mídia das notícias acatou o consenso social dominante sobre quem se constituía porta voz político legítimo no processo eleitoral (TUCHMAN, 1972, p. 672-3; SIGAL, 1986; HALLIN 1985, p. 71-2). A imprensa tratava as campanhas eleitorais como um ritual político sagrado para a auto-definição da sociedade americana.

## **Conclusão**

Este artigo mostrou que a imprensa está permanentemente enredada na arena pública do debate democrático. Os ideais do jornalismo profissional e suas narrativas diárias se apóiam na ficção cultural de uma nação que coletivamente delibera seu futuro. Mas a imprensa necessariamente publiciza apenas um grupo muito seletivo, e portanto muito estratificado de vozes, a despeito de suas afirmações de facilitar uma discussão pública aberta e livre. Ao selecionar as vozes para a inclusão na arena pública, os jornais diários de Detroit tanto do final do século 19 quanto do início do século 20, escolhiam os porta vozes da sociedade política organizada. Isso aconteceu mesmo quando a notícia política sofreu transformações fundamentais na virada do século.

De maneira geral, os casos do jornalismo de Detroit do fim do século 19 e início do 20 sugerem que a inclusão da imprensa dentro de arenas sociais competitivas criam tipos de notícias fundamentalmente diferentes. De maneira ideal, a imprensa é institucionalizada dentro da esfera pública da sociedade civil, com suas normas de deliberação racional igualitária e aberta. Entretanto, a imprensa em uma democracia de massa também depende da economia e da política para recursos vitais e de validação cultural. Se a imprensa se torna fortemente alinhada com o mercado e a política, então seus imperativos instrumentais por lucro e acumulação de poder ameaçam potencialmente a orientação da imprensa para uma comunicação aberta e pública.

A imprensa de Detroit do século 19, por razões políticas e econômicas, estava fortemente ligada à sociedade política formal. Conseqüentemente o jornalismo deu atenção às políticas e aos pronunciamentos dos dois partidos. Entretanto, enquanto a mídia das notícias apoiava a atenção pública para questões políticas específicas e aumentava a identificação do público com os negócios dos partidos, ela não promoveu um diálogo público amplo. A imprensa, em sua aliança formal com os partidos deu importância aos interesses estratégicos e a polêmica polarizada da sociedade política. O jornalismo tornava pública apenas uma série limitada de questões correspondentes às clivagens políticas entre democratas e republicanos, enquanto excluía o amplo espectro de opiniões da sociedade civil.

Entre os séculos 19 e 20, o *locus* institucional da imprensa moveu-se da sociedade política para a sociedade civil. Quando os partidos americanos perderam sua centralidade política e a vida pública tornou-se significativamente despolitizada, os jornais de Detroit renunciaram à sua defesa e partidarismo explicitamente políticos. A imprensa libertou-se de todas as ligações com partidos e perdeu sua voz política. Divorciada da sociedade política, a imprensa não incorporou em suas páginas a gama diversa de opiniões que animavam a sociedade civil. Nem adquiriu a capacidade de se manifestar fazendo pressão por questões sociais. Na reconstrução de seu papel na arena pública, a imprensa do início do século 20 se baseou em fundamentos culturais da especialidade técnica desinteressada e do serviço público articulado pela elite do movimento progressista. Ao declarar-se uma simples repórter imparcial e uma defensora pública, a imprensa desautorizou todas as perspectivas de orientação ou justificativas na seleção de suas notícias. Ao negar toda a política, a imprensa não participou da miríade de disputas e diálogos da esfera pública. Ao relatar as tragédias do dia, os escândalos e as disputas, nem a ideologia política nem os interesses de partido forneciam uma chave interpretativa. Em vez disso, em sua seleção dos eventos para relato público, a imprensa foi dependente da base cultural não tematizada da sociedade civil, seu “mundo da vida” com suas normas assumidas de antemão e suas teorias sociais de senso comum. Nesta sua nova estância não-partidária, a imprensa encontrou poucas justificativas para seguir sua própria agenda. A introdução de novas perspectivas que estivessem fora da corrente política principal seria condenada como partidária ou “editorial”. Assim, a imprensa novamente viu-se obrigada a depender da sociedade política para definir as questões e opiniões de notícias não controversas, culturalmente válidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, J. The mass media in systemic, historical and comparative perspective. In: KATZ, E.; SZECISKO, T. (ed.). *Mass media and social change*. Beverly Hills: Sage, 1981.

ANDERSON, B. *Imagined communities*. London: Verso, 1991.

ARATO, A. Civil society against the state. *Telos*, v. 47, 1981.

ARENDT, H. *The human condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

BAEHR JR., H. *The New York Tribune since the civil war*. New York: Octagon Books, 1972.

BAGDIKIAN, B. *The media monopoly*. Boston: Beacon Press, 1987.

BAKER, J. *Affairs of party: the political culture of the northern democrats in mid-nineteenth century*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

BALDASTY, G. *The commercialization of news in the nineteenth century*. Madison: University of Wisconsin Press, 1992.

BOBBIO, N. Democracy and invisible government. In: BOBBIO, N. *The future of democracy*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

BOURDIEU, P. *Language and symbolic power*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

BRIGHT, C. The state in the United States during the nineteenth century. In: HARDING, S.; BRIGHT, C. (ed.). *Statemaking and social movements*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984.

BURNHAM, W. *The current crisis; critical election and the mainsprings of american politics*. New York: W. N. Morton & Co, 1970.

\_\_\_\_\_. *The current crisis in american politics*. New York: Oxford University Press, 1982.

COHEN, J.; ARATO, A. *Civil society and political theory*. Cambridge: MIT Press, 1993.

\_\_\_\_\_. Politics and the reconstruction of the concept of civil society. In: McCARTHY, T. et al. (ed.). *Zwischenbetrachtungen: Im prozess der aufklaerung*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1989.

- CORNWELL, E. Presidential news: the expanding image. *Journalism Quarterly*, 1959.
- CURRIE, H. A Socialist edits the Detroit Times. *Michigan History Magazine*, v. 52, 1968.
- ELY, J.; HEINS, V. Interview with Helmut Wiesenthal. *Capitalism, Nature, Socialism*, v. 3, 1989.
- EPSTEIN, E. *News from nowhere*. New York: Vintage Books, 1973.
- FOLKERTS, J. The functions of the reform Press. *Journalism History*, v. 12, 1985.
- GANS, H. *Deciding what's news*. New York: Vintage Books, 1979.
- GOLDFARB, J. *On cultural freedom: an exploration of public life in Poland and America*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- GOODWYN, L. *The populist movement*. New York: Oxford University Press, 1978.
- HABERMAS, J. The public sphere: an encyclopedia article. *New German Critique*, v. 3, 1974.
- \_\_\_\_\_. The new obscurity. *Philosophy and Social Action*, v. 11, 1986.
- \_\_\_\_\_. *The structural transformation of the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1989.
- HALLIN, D. The american news media: a critical theory perspective. In: FORESTER, J. (ed.). *Critical theory and public life*. Cambridge: MIT Press, 1985.
- \_\_\_\_\_. *The uncensored war: the media and Vietnam*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- \_\_\_\_\_. The passing of the 'high modernism' of american journalism. *Journal of Communication*, v. 42, 1992.
- \_\_\_\_\_. *We keep America on top of the world: television journalism and the public sphere*. New York: Routledge, 1994.
- HALLIN, D.; MANCINI, P. Speaking of the president political structure and representational form in U.S. and italian television news. *Theory and Society*, v. 13, 1985.

HIRSCH, P. Occupational, organizational and institutional models in mass media research. In: MILLER, P. et al. (ed.). *Strategies for communication*. Beverly Hills: Sage Publications, 1977.

HOFSTADTER, R. *The age of reform*. New York: Vintage Books, 1955.

\_\_\_\_\_. *The american political tradition*. New York: Vintage Books, 1973.

JENSEN, R. *The winning of the midwest*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

KANIS, P. *Making local news*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

KAPLAN, R. The economics and politics of nineteenth century newspapers. *American Journalism*, v. 10, 1993.

\_\_\_\_\_. The economics of popular journalism. *Journalism History*, v. 21, 1995.

KIRCHHEIMER, O. The transformation of the western european party system. In: BURIN, F.; SHELL, K. (ed.). *Politics, law and social Change*. New York: Columbia University Press, 1969.

KLEPPNER, P. *Change and continuity in electoral politics, 1893-1928*. New York: Greenwood Press, 1987.

KNIGHT, O. *I protest: selected disquisitions of E. W. Scripps*. Madison: University of Wisconsin Press, 1966.

LASCH, C. *The new radicalism in America, 1889-1963*. New York: Vintage Books, 1965.

LEFORT, C. *Democracy and political theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

LEONARD, T. *The power of the press*. New York: Oxford University Press, 1986.

LODGE, J. *I remember Detroit*. Detroit: Wayne State University, 1949.

McGERR, M. *The decline of popular politics: the american north, 1865-1928*. New York: Oxford University Press, 1986.

MONTGOMERY, D. *Beyond equality: labor and the radical republicans, 1865-1872*. Chicago: University of Illinois Press, 1981.

NERONE, J. A local history of the early U.S. press: Cincinnati, 1793-1848. In: SOLOMON, W. S.; McCHESNEY, R. W. (ed.). *Ruthless criticism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

OFFE, C. *Contradictions of the Welfare State*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1984.

PARKS, R. A natural history of the the press. In: SCHRAMM, W. (ed.). *Mass communications*. Chicago: University of Illinois Press, 1961.

PETERSON, R. Revitalizing the culture concept. *Annual review of sociology*, v. 5, 1979.

POGGI, G. *The development of the modern state*. Stanford: Stanford University Press, 1978.

POUND, A. *The only thing worth finding: the life and legacies of george gough booth*. Detroit: Wayne State University Press, 1964.

ROGIN, M. *McCarthy and the intellectuals*. Cambridge: MIT Press, 1967.

SARASOHN, D. *The party of reform: democrats in the progressive era*. Jackson: University Press of Mississippi, 1989.

SAXTON, A. *The rise and fall of the white republic*. New York: Verso, 1990.

SCHATTSCHEIDER, E. *The semisovereign people: a realist's view of democracy in America*. Hinsdale, Ill.: Dryden Press, 1975.

SCHEFTER, M. Regional receptivity to reform: the legacy progressive era. *Political science quarterly*, v. 98, 1983.

SCHUDSN, M. *Discovering the news*. New York: Basic books, 1978.

\_\_\_\_\_. The menu of media research. In: BALL-ROKEACH, S.; CANTOR, M. (ed.). *Media, audiences and social structure*. Beverly Hills: Sage, 1986.

SIGAL, L. Who? Sources make the news. In: SCHUSON, M.; MANOFF, R. (ed.). *Reading the news*. New York: Vintage Books, 1986.

SKOCPOL, T. *Protecting soldiers and mothers*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

SKOWRONEK, S. *Building a new american state: the expansion of national administrative capacities, 1877-1920*. New York: Cambridge University Press, 1981.

TUCHMAN, G. Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity. *American Journal of Sociology*, v. 77, 1972.

\_\_\_\_\_. Professionalism as an agent of legitimation. *Journal of communications*, v. 28, 1978a.

\_\_\_\_\_. *Making news*. New York: The Free Press, 1978b.

TULIS, J. *The rhetorical presidency*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

TOQUEVILLE, A. *Democracy in America*. Translated by REEVES, H. v. 2. New York: Vintage Books, 1945.

VANDERMER, P. Political crisis and third parties: the gold democrats of michigan. *Michigan Historical Review*, v. 15, 1989.

WERNER, M. The public sphere and the cultural mediation of print. In: SOLOMON, W. S.; McCHESENEY, R. W. (ed.). *Ruthless criticism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

*Tradução do original em inglês Cristina Meneguello.*